



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número do décimo primeiro volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com o artigo **Análise econômica do direito sobre o estabelecimento empresarial: imperiosa compreensão de utilidade e instrumentalidade** por meio do qual Henrique Avelino Avelino Lana busca analisar, por uma abordagem econômica, o estabelecimento empresarial, além de sua natureza jurídica, denominações, previsão legal anterior ao Código Civil de 2002 e atual almejando constatar que merecem sempre serem analisados os elementos do estabelecimento empresarial mediante sua utilidade econômica e instrumental, e não apenas pela literalidade da lei.

Em seguida, Laura Alves de Araújo e Helen Corrêa Solis Neves analisam no artigo **Soberania popular na constituinte via facebook: uma análise dos instrumentos democráticos** a Constituinte islandesa de 2011 através da observação do momento político-social que a proporcionou e de alguns aspectos de sua elaboração assentados no conceito de Soberania Popular, nos instrumentos de democracia semidireta e Poder Constituinte.

**E-Civitas -Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH -Belo Horizonte.
Volume XI, número 1, julho de 2018 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br
Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>**



No artigo **A função do direito e o juspositivismo: entre Kelsen e Bobbio**, de Anna Christina Gris e Luciene Dal Ri, as autoras questionam a continuidade da concepção de função do direito dentro da corrente doutrinária juspositivista. Para tanto, discorrem sobre as características do positivismo normativo para enfim abarcar a teoria funcional de Bobbio que questiona e critica a concepção coativa do direito, diante das mudanças ocorridas na concepção de Estado, propondo uma função promocional do direito, em harmonia com a concepção de um Estado social.

Gabriel Pedro Moreira Damasceno e Lailson Braga Baeta Neves no artigo **A utilização de indicadores globais como mecanismo de enforcement no combate à corrupção** analisam a atuação do Banco Mundial, as Nações Unidas e das entidades privadas como a Transparência Internacional, além de empresas globais e investidores que começaram a utilizar de Indicadores Globais no combate à corrupção.

O artigo **Interdisciplinaridade e Direito: os novos desafios da esfera jurídica**, de Carolline Ribas, faz uma interessante análise interdisciplinar do Direito brasileiro em seus aspectos socioculturais, com a intenção de oferecer uma alternativa à visão tradicional a qual o coloca como uma ciência restrita a um conjunto de normas positivadas.

No artigo **A política étnico-racial na perspectiva jurídica norte-americana e brasileira**, Thaís Alves Costa aborda o instituto jurídico das ações afirmativas nos contextos norte-americano e brasileiro, com o objetivo de averiguar se essa política está



sendo capaz de cumprir com seu propósito almejado, a saber: a promoção da justiça distributiva e a diversidade racial nos mais diferentes setores da sociedade.

Paulo Vitor Neves Marques e Kátia Salomão no artigo **A falência do proibicionismo da lei nº 11.343/2006 à luz do minimalismo penal: As políticas alternativas para a cannabis e seus impactos socioeconômicos**, propõem uma reflexão sobre as políticas de drogas em âmbito nacional e internacional, por meio da comparação entre regimes e alternativas que cuidam desse tema.

Henrique Alves Pinto, no artigo **O Neoprocessualismo na esfera do Novo Código de Processo Civil brasileiro.**, pretende, explicar o processo civil sob a perspectiva do direito constitucional.

No artigo **Os direitos humanos e a teoria agonística de Chantal Mouffe**, Liege Giaretta Souilljee busca evidenciar as principais características que compõe o núcleo dos Direitos Humanos, como é a fundamentalidade, a essencialidade, e o princípio da Dignidade da pessoa Humana, para assim demonstrar como tais atributos vem sendo incorporados e positivados nas constituições modernas, as quais integram o panorama político democrático. Assim, insurge destacar o pensamento de Mouffe no que diz respeito à Democracia, o dissenso e o pluralismo como interesses transformadores a serem defendidos, a medida que a concretização do jogo de poder passa a integrar o processo democrático em sua essência, uma maior e na busca pela efetivação dos Direitos Humanos políticos, no que tange a cidadania, a liberdade e a igualdade.



Por fim, no artigo **A manipulação constitucional por parte do legislativo e o processo de nominalização da Constituição: o caso Rodrigo Maia em face do art. 57, §4º da CF/88**, Denilson de Andrade Sousa e Gustavo Tavares Cavalcanti Liberato abordam as teorias de Ferdinand Lassalle e Konrad Hesse e suas relações com a atual conjuntura do constitucionalismo brasileiro. Detectou-se um risco real de nominalização da constituição pela “fuga” do Legislativo à observância dos comandos constitucionais, cedendo espaço à “vontade de poder” em detrimento da “vontade de constituição”, peça fundamental para a sua força normativa, a se expressar em sua capacidade de dirigir o processo político de poder.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

**E-Civitas -Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH -Belo Horizonte.
Volume XI, número 1, julho de 2018 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br
Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>**